



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JÉSSICA INEZ CORDEIRO DE OLIVEIRA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL POR MEIO DAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

RECIFE

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

JÉSSICA INEZ CORDEIRO DE OLIVEIRA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL POR MEIO DAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Educação Física, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciada em Educação Física. Orientada pela Prof.^a Dra. Nayana Pinheiro Tavares.

RECIFE

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- 048i Oliveira, Jessica Inez Cordeiro de
INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL POR MEIO DAS AULAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA / Jessica Inez Cordeiro de Oliveira. - 2022.
35 f.
- Orientador: Prof.ª Dra. Nayana Pinheiro Tavares.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Educação Física, Recife, 2022.
1. Inclusão. 2. Educação Física. 3. Deficiência Intelectual. I. Tavares, Prof.ª Dra. Nayana Pinheiro,
orient. II. Título

CDD 613.7

JÉSSICA INEZ CORDEIRO DE OLIVEIRA

**INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL POR MEIO DAS
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciada em Educação Física.

Aprovado em ____ de _____ de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dra. Nayana Pinheiro Tavares.

Orientadora

Prof. Dr. Rosângela Cely Branco Lindoso.

Examinadora

Prof. Ms. Ana Flávia Araújo Pinho

Examinadora

Apresentado em: __/__/____

Recife

2022

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a minha avó e a minha mãe que sempre estiveram comigo nessa jornada. Que fizeram com que eu tivesse forças para seguir em frente, porque nem sempre é fácil chegar até aqui. Dedico essa vitória a vocês duas, por incentivarem a nunca desistir do que eu realmente quero.

Agradeço a professora Nayana Pinheiro Tavares pela paciência e pelo compartilhamento de conteúdos e direcionamentos para fazer e terminar o presente trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o meu crescimento acadêmico durante a faculdade.

Quero agradecer a Deus por ter dispensado paciência, força, coragem e sabedoria para chegar até o final desta etapa e, também, nas que virão.

Por fim, quero agradecer aos professores com os quais tive o privilégio de ser aluna, tendo em vista que foi através deles que pude guiar a minha jornada acadêmica como inspiração.

E as experiências acadêmicas que levo comigo principalmente nas aulas e no meu projeto de extensão.

RESUMO

Esta pesquisa é uma revisão bibliográfica que tem como objetivo compreender a Educação Física enquanto possibilidade de inclusão de crianças com Deficiência Intelectual, partindo do questionamento: como as aulas de Educação Física podem auxiliar na inclusão de crianças com Deficiência Intelectual? A pesquisa possui os objetivos específicos: apresentar histórico da Educação Inclusiva, e da Educação Física Inclusiva, compreender a Deficiência Intelectual a partir de seu conceito, características e os níveis de comprometimento e Apresentar elementos facilitadores e barreiras na atuação do professor de Educação Física com alunos com Deficiência Intelectual. O referencial teórico será dividido em três partes, sendo o primeiro capítulo o contexto histórico da Educação Inclusiva, segundo capítulo sobre a Deficiência Intelectual, as características e níveis de comprometimento da Deficiência Intelectual e como capítulo final o contexto histórico da Educação Física Inclusiva. Conclui-se que é importante o professor ter conhecimento sobre seus alunos, como qual o fator de risco da prática de atividade física e se há alguma limitação. O professor tem que fazer os planejamentos e estruturar quais serão as adaptações necessárias nas aulas de Educação Física.

Palavra Chave: Inclusão, Educação Física, Deficiência Intelectual.

ABSTRAT

This research is a bibliographic review that aims to understand Physical Education as a possibility for the inclusion of children with Intellectual Disabilities, starting from the question: how can Physical Education classes help in the inclusion of children with Intellectual Disabilities? The research has the specific objectives: to present the history of Inclusive Education, and of Inclusive Physical Education, to understand Intellectual Disability from its concept, characteristics and levels of commitment and To present facilitating elements and barriers in the performance of the Physical Education teacher with students with Intellectual Disabilities. The theoretical framework will be divided into three parts, the first chapter being the historical context of Inclusive Education, the second chapter on Intellectual Disability, the characteristics and levels of commitment of Intellectual Disability and as a final chapter the historical context of Inclusive Physical Education. It is concluded that it is important for the teacher to have knowledge about their students, such as the risk factor of physical activity and if there are any limitations. The teacher has to plan and structure what will be the necessary adaptations in Physical Education classes.

Keywords: Inclusion, Physical Education, Intellectual Disability.

LISTA DE ABREVIATURAS

EE – EDUCAÇÃO ESPECIAL

AEE – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

EI – EDUCAÇÃO INCLUSIVA

EF – EDUCAÇÃO FÍSICA

DI – DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
OBJETIVOS.....	13
CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	14
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL.....	20
CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA.....	22
METODOLOGIA.....	25
RESULTADOS.....	26
DISCUSSÃO.....	30
CONCLUSÃO.....	32
REFERÊNCIAS.....	33

1. INTRODUÇÃO

No decorrer do tempo, a Educação Inclusiva passou por muitas mudanças, como em relação às leis, direitos e até mesmo nomenclaturas. As transformações percebidas mostram um aumento da preocupação por parte dos estudiosos no que diz respeito ao que fazer e a como fazer com relação às pessoas, que durante muito tempo foram consideradas diferentes das "normais", as quais são denominadas atualmente de pessoas com deficiência. Atualmente, é um tema de extrema relevância e que provoca muitos debates, principalmente pelas exigências requeridas às escolas para atenderem aos direitos básicos do grupo de pessoas com deficiência.

Nesse contexto, é preciso questionar: o que é Educação Inclusiva? Será mesmo apenas juntar pessoas com e sem deficiência para um jogo, uma aula, em um mesmo espaço? Para Sasaki (1998, p. 8) a Educação Inclusiva é o processo que proporciona um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de sua inteligência, estilos de aprendizagem e necessidades "comuns" ou especiais ocorrendo em escolas de quaisquer níveis.

Ainda que tenhamos a compreensão de que a Educação Inclusiva está para além das questões das deficiências, nossa pesquisa foi realizada com foco na deficiência intelectual, dadas as nossas aproximações com o tema. Temos muitos tipos de deficiências, podendo ser caracterizadas pelas perdas de um membro, órgão, tecido ou outra estrutura do corpo, incluindo o sistema de função mental ou anormalidades de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que podem ser permanentes ou temporárias (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1980, p. 47).

De acordo com Pereira (2014 apud Luckasson et al., 2002) a Deficiência Intelectual é uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo, que é expressa em habilidades conceituais, sociais e práticas e que se origina antes dos 18 anos de idade. Resumindo, a deficiência intelectual como uma capacidade significativamente reduzida de compreender novas informações ou de nível complexo e de aprender/aplicar novas habilidades. (World Health Organization, 2010).

O meu interesse pela área de inclusão escolar se deu quando comecei minha experiência no projeto de extensão da UFRPE chamado Programa Segundo Tempo

Paradesporto (PST). Nesse programa, auxiliava o professor responsável nas atividades propostas para as crianças, construindo os planos de aulas juntamente com as outras monitoras do projeto, motivo pelo qual fez com que o interesse pela área fosse impulsionado após esse contato com a prática. No projeto trabalhávamos com crianças com Deficiência Intelectual, por exemplo, Autismo e Síndrome de Down. Vendo as dificuldades das mães sobre a falta de professores especializados em Educação Inclusiva e estruturas de algumas escolas, quis ampliar meus conhecimentos para assim fazer a diferença nas aulas que administrarei.

O Programa Segundo Tempo Paradesporto (PST) é uma iniciativa da Secretaria Especial do Esporte (SEE), destina-se ao acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos, prioritariamente aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social. (Brasil, 2018)

Trazemos como problema dessa pesquisa o seguinte questionamento: como as aulas de Educação Física podem auxiliar na inclusão de crianças com Deficiência Intelectual? Para respondermos esse questionamento temos o seguinte objetivo geral: Analisar as aulas de Educação Física como meio de inclusão para criança com deficiência intelectual e, como específicos, apresentar histórico da Educação Inclusiva e Educação Física Inclusiva, compreender a Deficiência Intelectual a partir de seu conceito, características e os níveis de comprometimento e apresentar os obstáculos e os elementos que facilitam a atuação do professor de Educação Física com alunos com Deficiência Intelectual.

O trabalho é uma revisão bibliográfica que segundo Soares et al. (2009) consiste nas pesquisas de literaturas científica para fazer o levantamento e análise do tema da pesquisa, envolvendo as atividades básicas de identificação, compilação, fichamento, análise e interpretação (MARCONI; LAKATOS, 2003). Com o intuito de analisar o que traz a literatura a respeito das aulas de Educação Física como meio de inclusão das crianças com Deficiência Intelectual.

O referencial teórico será dividido em três partes: primeiro capítulo o contexto histórico da Educação Inclusiva, segundo capítulo sobre a Deficiência Intelectual, as características e níveis de comprometimento e como capítulo final o contexto histórico da Educação Física Inclusiva.

O presente trabalho foi importante para a minha formação, ampliando ainda mais os leques de possibilidades de trabalho e conhecimentos. Foi o produto da minha formação no meu curso de Licenciatura em Educação Física. Para além disso, é uma pesquisa para ampliar o acervo e os conhecimentos futuros para alguém que deseje.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Compreender a Educação Física enquanto possibilidade de inclusão de crianças com Deficiência Intelectual.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Apresentar histórico da Educação Inclusiva e da Educação Física Inclusiva.
- Compreender a Deficiência Intelectual a partir de seu conceito, características e os níveis de comprometimento.
- Apresentar os obstáculos e os elementos que facilitam a atuação do professor de Educação Física com alunos com Deficiência Intelectual.

3. REVISÃO BIBLIOGRAFICA

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Por mais de 200 anos pessoas com deficiência foram queimadas em praça públicas enforcadas, afogadas ou condenadas às prisões nos porões dos castelos (FACION & MATTOS, 2009, p.6). Lembrando-se do tempo de Grécia e Roma, no qual os filhos que nascessem com alguma deficiência eram deixados para trás por não poderem ser guerreiros ou no caso de meninas a reprodução de filhos da pátria. Passando elas por um processo de exclusão, visto como doentes e incapazes, então não eram considerados dignos nem a educação escolar (COSTA *et al* 2016).

Segundo Fernandes (2007) a história da Educação Inclusiva está dividida em dois períodos: Pré-científico, que era a execução de pessoas com deficiência, e segregação-institucionalização na qual havia a separação através de institutos e asilos credenciados a Igreja Católica e seus dogmas. Esses institutos serviam apenas para depósitos de pessoas como uma separação da humanidade, não tinha interesse em tratamento ou cuidado com essas pessoas (ZAVAREZE, 2009). Assim, o intuito era de apenas separá-los da população, uma forma de “limpeza da humanidade” e mostrar apenas uma população “sadia”.

Durante a 2ª Guerra Mundial teve um efeito positivo para as pessoas com deficiência, pois foi quando houve os programas dirigidos a essas pessoas (MACHADO; NAZARI, 2014). Em razão da guerra algumas pessoas voltavam para casa com algumas sequelas, principalmente físicas e precisariam fazer tratamentos para se adaptarem com as novas condições. A partir disso, surgiram preocupações com as pessoas com deficiência, as quais começaram a ter espaços que tratavam as suas diferenças a partir de então como doenças.

Segundo Chaveiro e Barbosa (2005) no século XX é quando começa a fase da segregação, com as primeiras instituições de acolhimento as pessoas com deficiência e tendo os primeiros avanços da área. Foi com essas instituições especializadas que surgiu assim à Educação Especial (MINETTO, 2010, p46). Para Jannuzzi (1985, p. 28) é possível configurar as instituições especializadas como, “tratam as pessoas de forma isolada, ao qual abrangem os mais lesados, os que diferenciavam por comportamento ou pelos aspectos sociais”.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino e um ramo da Educação que se ocupa do atendimento e da educação de pessoas com deficiência em instituições especializadas, tais como escolas para surdos, escolas para atender pessoas com Deficiência Intelectual (MENDONÇA, 2015). Apesar de ter sido um grande avanço, ainda é uma forma de separar as pessoas com e sem deficiência, já que as instituições são para determinadas “doenças”. Nesse sentido, é possível dizer que a separação de pessoas com e sem deficiência não é um processo eficiente e transformador desse cenário, mas sim a necessidade de que na classe comum haja profissionais aptos para ajudar e ensinar as pessoas com alguma deficiência, sem distinção, a fim de que todos tenham uma educação equitativa e com mais qualidade.

Como no final do século XIX e início do século XX começaram a ver a deficiência como uma doença e não como uma aberração ou castigo de Deus, começaram a ter algumas declarações de forma científica, onde desmistificava essas explicações religiosas. Em 1801 a Deficiência Intelectual foi considerada uma questão neuropatológica pelo médico Francês Philippe Pinel e, no mesmo ano, Jean Itard foi considerado o médico pioneiro da educação especial de “deficientes mentais” o qual escreveu um experimento para tentar educar por meio de planos pedagógicos (BARRETO & BARRETO, 2014, p. 10).

Para Jannuzzi (1992) há duas vertentes para a Educação Especial a médico-pedagógica e a psicopedagógica. A médico-pedagógica, na qual o médico tem o controle tanto no diagnóstico, quanto nas práticas escolares e, a psicopedagógica a qual não depende do médico, mas traz os princípios da psicologia. A primeira vertente ainda hoje está bem presente na sociedade, a pessoa vai ao médico e ele prescreve o exercício que o paciente tem que fazer, isso dificulta até a área da própria Educação Física. Jannuzzi completa que as duas vertentes são segregadoras, que continua excluindo as pessoas com deficiência.

Nos EUA em 1812, Edouard Seguin organizou as escolas para “deficientes mentais”, enxergando três condutas que norteiam até hoje os deficientes: a possibilidade e a necessidade da prevenção, a educabilidade do deficiente e a própria integração do deficiente (BARRETO & BARRETO, 2014, p. 10). Hoje essas condutas estão presentes na Declaração de Salamanca (1994) “como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva” (ROGALSKI, 2010), tendo como objetivo

fornecer aos Estados regras padrões, assegurando a educação para todos dentro das escolas.

Nos anos de 1950 a reponsabilidade de cuidar das pessoas com Deficiência Intelectual eram as instituições filantrópicas, que são as entidades sem fins lucrativos. Dentre elas aqui no Brasil foi Sociedades Pestalozzi (MG) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) (RJ). Isso fez com que tornassem pioneiras nos trabalhos pedagógicos de reabilitação e habilitação de pessoas com deficiência intelectual (SILVA, 2018). Hoje essas instituições estão espalhadas pelo Brasil, e uma APAE encontra-se em Recife. Alguns alunos do projeto iam da APAE diretamente para UFRPE.

A inclusão mesmo começa a ocorrer nos anos de 1990, a partir do reconhecimento do direito e do valor humano das pessoas com deficiência segundo Silva (apud FRANÇA, 2014). Mas o que seria esse reconhecimento? Seria só um peso na consciência das pessoas para poder respeitar o próximo? Ou passar o pano de tudo que já aconteceu com todas essas pessoas? Como se fosse sempre necessário criar leis para que as pessoas tratem todos de forma igualitária, com respeito. Isso tem que partir do ser humano, e não pelo medo de alguma lei que o faça respeitar o próximo.

A Educação Inclusiva faz com que a sociedade torne-se mais inclusiva, com a participação de todas as pessoas com e sem deficiência, tanto na sociedade ou no ensino regular. Essa inclusão a partir da escola faz com que alunos se matriculem e permaneçam, com um bom aproveitamento acadêmico. “A Educação Inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” Neto et al (apud STAINBACK; STAINBACK, 1999, p. 21).

No decorrer do tempo foram criadas algumas políticas públicas para que as pessoas com deficiência fossem incluídas e não separadas da sociedade, começando a serem vistas como cidadãos com direitos e deveres. Então foram criados alguns documentos de âmbitos internacionais e nacionais para que auxiliassem aos Estados de como prosseguir incluindo esse público. Algumas instituições como “Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Organização dos

Estados Americanos (OEA), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Banco Mundial (BM)” (BARBOSA et al, 2018).

Algumas políticas públicas que foram estabelecidas para permitir os avanços e a quebra das dificuldades para o público da Educação Especial:

- Em 1988 - Constituição Federal do Brasil:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

- Em 1990 - Conferência Mundial de Educação Para Todos;

O Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem foi aprovado pela Conferência Mundial sobre Educação para todos e a satisfação das necessidades básicas de Aprendizagem, acontecendo em Jomtien, na Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990. Mesmo sendo um documento tão extenso ainda são poucas às vezes citadas as pessoas com deficiência, apesar de já ser um caminho. Traz a educação de forma mais ampla para todos os públicos com e sem qualquer tipo de deficiência. Uma das medidas é para garantir a igualdade de acesso à educação, como parte integrante do sistema educativo.

- Em 1994 – Declaração de Salamanca;

Como já foi citado aqui foi o marco e o início da Educação Inclusiva, foi elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994. Para Menezes (2001) tem como objetivo formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social.

- Em 1996 - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);

Art. 4º III “Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Art. 59 “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

- Em 2001- Lei Federal nº 10.172/2001 Plano Nacional de Educação;

Os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e da progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação. Na PNE consta as modalidades de ensino, uma delas é a Educação especial, juntamente com seus diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas.

- Em 2004 - Decreto Federal 5.296/04 Programa Brasil Acessível;

Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- Em 2006 - Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência

Foi adotada pela ONU em 13 de dezembro de 2006, na reunião da Assembleia Geral, comemorando o Dia Internacional dos Direitos Humanos. No art. 1º tem como propósito “é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”. E o art. 3º trazendo os princípios “do respeito pela dignidade inerente, à autonomia individual, a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas”.

- Em 2008 - Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;

O objetivo é assegurar a inclusão nas escolas os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (superdotação). Orientando todos os sistemas de ensino, garantindo o acesso ao ensino regular, a Educação Especial desde a educação infantil até a educação superior, ofertar o atendimento e formação de professores para atendimento educacional especializado, bem como formar profissionais da educação para a inclusão e, ter como participantes familiares e a comunidade.

- Em 2009 - RESOLUÇÃO Nº 4/2009 Conselho Nacional da Educação-diretrizes para o AEE;

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. No art 2º mostra que “o AEE tem a função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem”.

- Em 2015 - Lei Federal nº 13.146/15 Lei Brasileira de Inclusão;

No art. 1º implica qual é o objetivo dessa lei, que é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. No Parágrafo único do art. 1º esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008 , em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil , em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 , data de início de sua vigência no plano interno.

Se prestar atenção durante esses breves resumos sobre as políticas públicas, veremos que algumas trazem bem visíveis a Educação Especial e a Educação Inclusiva. Assim, é possível perceber que as duas educações não funcionam de forma isolada, as duas se completam, visto que ambas tem o mesmo foco que é escolarizar as pessoas com deficiência, inserir eles na sociedade e querer o bem

estar dessas pessoas. No caso da Educação Especial fica mais voltada a pessoas que tenha uma deficiência grave e por esse motivo não possam estar presente na classe escolar. Porém, ela também encontra-se presente nas escolas inclusivas, com o Atendimento Educacional Especializado e isso faz com que essas pessoas continuem aprendendo e tendo rendimento escolar.

Na Educação Inclusiva ela ocorre na própria escola regular, nesse caso, estão presentes as crianças com e sem deficiência auxiliando nas questões de aprendizagem. Essas escolas modificam tudo internamente considerando as necessidades desses alunos, como o ambiente físico, currículo, os professores, isso tudo para adaptar essas crianças com o meio escolar.

3.2 A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Antes as pessoas com Deficiência Intelectual eram colocadas como bobo da corte ou a de palhaço, para a animação dos senhores e os hóspedes (OLIVEIRA, 2004). Uma forma errônea de colocar essas pessoas, só por acharem diferentes das consideradas “normais”.

Em 1958, a Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) define o retardo mental (como era chamado na época) como um funcionamento intelectual geral inferior á média, no período de desenvolvimento da criança e associado a prejuízos no comportamento adaptativo (BEZERRA, MARTINS, 2010 apud ASSUNPÇÃO JUNIOR; SPROVIERI, 2000).

Na época, “as crianças com deficiências eram denominadas como anormais, retardadas, imbecis, idiotas ou ainda como débeis” (BEZERRA, MARTINS, 2010). Para Vygotski (1997), essas crianças não eram menos desenvolvidas que as outras “normais”, cada uma possuíam particularidades.

Em junho de 2006, os membros da Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR) votaram pela mudança do nome para “Associação Americana de Desabilidades Intelectuais e do Desenvolvimento”, seguindo a tendência da Organização Mundial de Saúde que substituiu o termo “retardo mental” por desabilidade intelectual que no Brasil corresponde à Deficiência Intelectual (MOREIRA, 2011).

Atualmente a American Association on Intellectual and Developmental Disabilities (AAIDD - 2010) define Deficiência Intelectual como limitações

significativas no funcionamento intelectual, no comportamento adaptativo, que está expressa nas habilidades adaptativas conceituais, práticas e sociais que se origina antes dos 18 anos. Para completar o DSM-5 (2014, p. 31) caracteriza-se “por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência”.

Hoje presente sua denominação nas políticas públicas no Decreto Nº 5.296/2004 como funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer, e trabalho. Além dessas limitações, eles enfrentam barreiras relacionadas ao ambiente que impedem participação dessas pessoas na sociedade de forma igualitária.

Segundo Vigotski (1997, p. 104) para uma melhor educação da criança com Deficiência Intelectual é importante conhecer o modo como ela se desenvolve, visando como é a sua reação de personalidade em relação ao seu desenvolvimento ao enfrentar as dificuldades decorrentes da deficiência.

O último censo demográfico realizado pelo IBGE foi feito em 2010, relatando mais de 2,6 milhões de pessoas com Deficiência Intelectual. É uma pesquisa antiga, porém a única que mostra os melhores dados por ser um órgão público voltado para essas linhas de pesquisas. É uma pesquisa de âmbito geral da população brasileira. O censo escolar não mostra apenas a intelectual, têm várias outras deficiências presentes na pesquisa.

No censo escolar da Educação básica de 2021, realizado pelo MEC/INEP em 31 de janeiro de 2022. É uma pesquisa estatística realizada anualmente pelo INEP em articulação com a Secretaria Estaduais e Municipais da Educação, tanto para escolas privadas ou públicas. O que traz de relevante para essa pesquisa é que eles mostram o total de alunos com Deficiência Intelectual matriculados na Educação especial. Se abrirem a pesquisa eles trazem presentes na classe comum (alunos incluídos) e na Educação Especial. Só em 2021 ele relata que foram mais de 872 mil crianças com Deficiência Intelectual matriculadas na Educação Especial.

Nessa pesquisa mostra que uma hora ou outra vai ter que se deparar com crianças com algum tipo de deficiência, e ter que estar preparados para planejamento das aulas, ter paciência, empatia, noções de como proceder com determinadas situações. Para isso tem que estudar mais sobre, fazer alguma especialização para saber o que fazer, entender quais são suas características, suas maiores dificuldades, suas limitações, e não se esquecer de propor atividades no âmbito da inclusão, em que todos participem sem nenhuma distinção.

3.3 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Trazendo BIEDRZYCKI et al, (apud SOARES, 2017) a prática de atividades físicas relacionadas às práticas lúdicas com o movimento já são desde as civilizações antigas, porém foi com o crescimento urbano e a industrialização que esses movimentos começaram a ser pensado como Educação Física. Lembra-se que no período da industrialização os movimentos repetitivos, teremos também a ginástica corporal impostas nas indústrias, hoje conhecidas como ginástica laboral. Para Soares (2004) pensava-se que na revolução industrial a EF como instrumento de deixar o homem saudável e forte, promover a assepsia social, a educação higiênica, moralizar os hábitos, regeneração e o embranquecimento das raças.

Ver que a Educação Física teve várias mudanças no decorrer do tempo, hoje tem a voltada para pessoas com e sem deficiência, na visão de promover uma melhor qualidade de vida, seja por saúde, estética ou pelo mero prazer mental. Tem os dois lados da Educação Física para pessoas com deficiência a adaptada e a inclusiva.

Um grande marco para o desporto adaptado para pessoas com deficiência foi o retorno de alguns soldados no fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Muitos soldados mutilados, e/ou com distúrbios motores, visuais e auditivos (CARDOSO, 2011, p. 531). Alguém precisaria fazer alguma coisa em relação a essas sequelas deixada pela guerra, então foi ai que os Governos tiveram a consciência de pensar de como ficaria esses soldados em relação à qualidade de vida. Cardoso dar continuidade (2011) “Muitos começaram a ter acesso a práticas esportivas e atividades físicas adaptadas como forma de tentar minimizar as adversidades causadas pela guerra”.

A preocupação do governo sobre as praticas esportivas das pessoas com deficiência veio em relação com as sequelas da guerra, porem não quer dizer que as pessoas que já nasceram ou adquiriam de alguma outra forma a deficiência, não pudessem fazer. Até por que atividade física de forma adaptada tem muitos pontos positivos para esse publico que segundo Silva (2018) propondo benefícios psíquicos e físicos, testar os seus limites e potencias, prevenção de ter mais sequelas relacionado à sua deficiência e promover a sua integração social.

O Parecer nº 1002/74, do Conselho Federal de Educação foi primeiro documento que fazia referencia a Educação Física para pessoas com deficiência. No ano de 1946, o professor Inezil Penna Marinho fez um dos primeiros trabalhos para referencia do ensino de Educação Física para pessoas com deficiência (NABEIRO, 1989).

Para Drigo e Silva (2012) a Educação Física Adaptada se desenvolveu nos Estados Unidos em 1950, por conta do aumento da participação dos alunos com necessidades especiais nas escolas. Sendo denominada pelo comitê da Associação Americana Para Saúde, Educação Física E Recreação (AAHPER) como um programa diversificado de atividades, esportes e ritmos, todos adaptados para as capacidades e limitações desses alunos que não podem participar das aulas de Educação Física.

Para Biedrzycki, et al (apud CASTRO, 2005) “a Educação Física Adaptada, intimamente associada à área de desenvolvimento motor, facilita o desenvolvimento global de indivíduos com deficiência”. A partir do momento que fala sobre desenvolvimento global, está relacionada à motora, social, linguagem e intelectual. A Educação Física adaptada ficou mesmo reconhecida a partir da criação dos jogos Paralímpicos ou Paralimpíadas, lá pelo século XX (BIEDRZYCKI, et al, 2020, p. 32). Atualmente podemos assistir a esses jogos televisionados e como uma forma de representatividade para com os iguais, mostrando que nada é impossível. Os alunos começam a ter a oportunidade de se conhecer, possibilitando superar os seus limites.

Para Winnick (2004) todos os assuntos (jogos, brincadeiras, lutas, dança e esportes) que são abordados na área de Educação Física escolar são considerados patrimônios da humanidade. Podendo sim essas atividades ser propostas para os

alunos com deficiência. Não trabalhando só esses assuntos, mas também auxiliando no desenvolvimento afetivo, psicomotor e cognitivo.

Para torna-se uma Educação Física Inclusiva, é fundamental ter o aluno como o centro dos seus planejamentos. Desenvolver como todos os alunos as mesmas condições nas atividades que propõem, com a participação total e com estratégias de planejamentos. Não pode haver a exclusão de nenhum desses alunos. É necessário conhecer o direito de todas as crianças no componente curricular, o respeito, compreender as diferenças e dar uma aula de qualidade.

A atividade física traz alguns benefícios para a pessoa com deficiência, alguns exemplos voltados à inclusão, “aumenta sua autonomia para realização das atividades diárias, Melhora suas habilidades de socialização, Ajuda na inclusão social, e na criação e fortalecimento de laços sociais, vínculos e solidariedade” (BRASIL, 2021, pag. 44). Assim como podemos trazer atividades que possuam esses ou mais benefícios

Na Educação Física Inclusiva, todos os alunos participam igualmente das atividades. Isso precisa de um preparo dos professores para o planejamento de suas aulas, contemplando a todos. Na Educação Física adaptada, os alunos com deficiência são separados dos demais para praticar as atividades físicas. Mas não quer dizer que não ocorra à valorização das diferenças. Mas como podemos ver a Educação Física não está só voltada para reabilitação das pessoas, temos o outro lado que a torna inclusiva.

O professor é o grande norteador no processo de inclusão mesmo diante de toda dificuldade vivenciada no ensino. É necessário que o professor promova programas com qualidade e segurança, que conheça características fundamentais sobre cada deficiência e perceber os possíveis potenciais de cada criança (GORGATTI, 2008).

Para nós professores devemos incentivar, estimular e deixar que as pessoas com explorem o ambiente como desejarem. Sem criar dificuldades para que façam as atividades físicas (BRASIL, 2021, pag. 47). Deveremos discutir as questões necessárias para enfrentar os problemas em relação às necessidades educacionais (WARNOCK, 1979).

4 METODOLOGIA

O trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, a respeito das aulas de Educação Física como meio de inclusão das crianças com Deficiência Intelectual. Segundo Soares et al. (2009) consiste nas pesquisas de literaturas científica para fazer o levantamento e análise do tema da pesquisa. A Coleta de dados foi feita na plataforma sciELO. Como critério, utilizaram-se as palavras chaves como “Educação Inclusiva, Educação Física”, “Deficiência Intelectual” área “Educação”. A abordagem utilizada na elaboração desse trabalho foi o método de pesquisa qualitativa de caráter descritivo. Segundo Neves (2016), a pesquisa qualitativa compreende como “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visa descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados”.

Os critérios de inclusão para as escolhas dos artigos foram, trabalhos em forma de artigo ou tese, publicações brasileiras, e publicações realizadas nos anos de 2016 a 2022. Tentando mesclar entre artigos mais antigos e os mais atuais. Além desses critérios iniciais, ao abrir os artigos eram vistos quais os seus objetivos principais da pesquisa e se identificava e/ou esclarecia melhor o meu problema de pesquisa. Foram descartados artigos ou teses que já fossem revisões bibliográficas. Foram achados mais artigos ou tese, mas só foram selecionados 10 artigos por possuir os critérios de inclusão.

As datas entre 2016 a 2022 foram escolhidas por conta do ano final que coloquei das políticas públicas que foi 2015. Então escolhi um ano após dessa ultima política pública. Foi montada a tabela 1. com esses 10 artigos, onde conta com o titulo do artigo ou tese, o ano de publicação, a revista para caso de artigo e a instituição para a monografia, autores da pesquisa e qual o objetivo da pesquisa.

As revistas selecionadas foram Universitas: Ciências da Saúde UNICEUB, Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Revista Práxis Educativa, Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, Revista Brasileira de Educação Especial, Revista Expressão da Estácio. Além de artigos que estavam presentes em eventos criados pelas próprias instituições de ensino como o 12º ENFOPE 14º FOPIE da UNIT, V SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL XVI SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA da UFES. E presente também entre os trabalhos selecionados, uma monografia da UFRN.

Por fim, concluo a pesquisa com os referentes capítulos sobre a o contexto histórico da Educação Inclusiva, Deficiência Intelectual e a Educação Física Inclusiva. Logo após a metodologia utilizada, resultados, discussões e conclusões. Como parte final a justificativa do meu problema de pesquisa: como as aulas de Educação Física pode auxiliar na inclusão de crianças com Deficiência Intelectual?

A seguir a tabela 1. Constará com os 10 artigos selecionados perante os critérios de inclusão.

5 RESULTADOS

A seguir a tabela 1 mostra alguns textos selecionados constando qual o título do artigo ou tese, o ano de publicação, os autores e qual é o objetivo da pesquisa. Logo após será feito um breve resumo das conclusões de cada artigo para melhor entendimento. Ao fim será feito uma breve discussão desses artigos para estarem mais relacionados com o problema da pesquisa

Artigo/Tese (ano)	Revista/ Instituição	Autores	Objetivo da pesquisa
1- A importância da E.F. como forma inclusiva numa perspectiva docente. (2016)	Universitas: Ciências da Saúde UNICEUB	Fabiane Matos Lara Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto	Investigar de que forma a E.F. contribui para o desenvolvimento inclusivo dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.
2- E.F. Inclusiva: Impactos da Tutoria no Desempenho de Jovens com Deficiência Intelectual num Jogo Pré-Desportivo. (2016)	Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educativo	Roberto Gimenez Amanda Melges Onha	Comparar os efeitos de dois tipos de contexto no desempenho do jogo de sete jovens com D.I. durante um jogo de basquetebol adaptado.
3- Jogos e brincadeiras no desenvolvimento da atenção e da memória em alunos com D. I. (2017)	Revista Práxis Educativa	Nerli Nonato Ribeiro Mori João Paulo dos Passos Santos Elsa Midori Shimazaki Lucyanne Cecília Dias Goffi Viviane Gislaïne Caetano Auada	Discute as contribuições dos jogos e das brincadeiras para o processo de desenvolvimento da atenção e da memória em alunos com D. I.
4- A prática esportiva como instrumento de inclusão: um estudo de caso sobre aprendizagem desenvolvimento de aluno com TEA. (2017)	12º ENFOPE 14º FOPIE UNIT	Perolina Souza Teles Cândida Luisa Pinto Cruz	Retratar como atividade de Judô auxilia na inclusão e no desenvolvimento de uma criança com TEA.

5- Como promover a inclusão nas aulas de E.F.: A adaptação como caminho. (2018)	Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada.	Maria Luíza Tanure Alves Maria Luiza Salzani Fiorini	Discutir a inclusão escolar nas aulas de Educação Física abordando possíveis sugestões de adaptações para remover as barreiras de aprendizagem e participação nas aulas.
6- D.I. em uma escola de ensino regular: práticas inclusivas e desafios. (2018)	V SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL XVI SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA UFES	Franciele Dalapícola dos Santos Girlaine de Oliveira Coelho Nazareth Vidal da Silva	Identificar como se dá a inclusão do aluno com D.I. em uma escola regular, de ensino fundamental, da rede municipal de Vitória-ES.
7- Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de E.F.: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares. (2018)	Revista Brasileira de Educação Especial	Marcia Greguol Bruno Marson Malagodi Attilio Carraro	Analisar as atitudes dos professores de E.F. em relação à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular,
8- Autoeficácia Docente de Futuros Professores de E.F. em Contextos de Inclusão no Ensino Básico. (2019)	Revista Brasileira de Educação Especial	Mayra Matias Fernandes Roraima Alves da Costa Filho Roberto Tadeu Iaochite	Investigar o nível de autoeficácia docente de futuros professores para a inclusão em aulas de E.F e sua relação com a fonte dos estados fisiológicos e afetivos e variáveis pessoais e contextuais.
9- A inclusão de crianças autistas nas aulas de E.F. escolar. (2020)	REDE Revista Expressão da Estácio	Solange de Oliveira Freitas Borrachine	Compreender as dificuldades encontradas pelo professor de E.F. ao incluir um aluno TEA em suas aulas.
10- O olhar do aluno com D.I. sobre as aulas de E.F. na escola. (2022)	Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte UFRN	Samuel De Lima Cipriano	Compreender o olhar do aluno com D.I., frente a sua participação nas aulas de E.F.

Para Lara e Pinto (2016) tira-se de suas conclusões que a prática de atividades físicas é de muita importância na inclusão de alunos que apresentam alguma deficiência na classe comum. Além de ser considerada fundamental para desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor. Havendo mais respeito entre os alunos com e sem deficiência, cooperação e podendo socializar mais entre si. Porém não será possível haver essa inclusão se não ter um ambiente adequado, materiais e a capacitação dos professores.

Segundo Gimenez e Onha (2016) conclui um jogo adaptado de forma que os alunos sem deficiência auxiliem os com Deficiência Intelectual, resulta em uma melhor participação. Fora que tornou o tempo de bola no jogo mais equilibrado.

Traz como conclusão de Mori et al (2017) a contribuição dos conteúdos da Educação Física os jogos e brincadeiras no processo de desenvolvimento da atenção e da memória nos alunos com Deficiência Intelectual. Podendo trabalhar em conjunto com as outras disciplinas na formação de sujeito alfabetizado, dando a oportunidade de viver mais incluso na sociedade. Ter as mesmas possibilidades de acesso aos bens culturais.

Para Teles e Cruz (2017) mostra o Judô como prática esportiva, auxiliando no desenvolvimento psicomotor e cognitivo. Essa prática esportiva é um aprendizado lúdico, oportunizando a inclusão em outras esferas sociais (escola, família, grupos de apoio, círculos de amizade). Facilitando e fortalecendo os laços sociais.

Segundo Alves e Fiorini (2018) conclui-se que é importante o professor ter conhecimento sobre seus alunos, como qual o fator de risco da prática de atividade física e se há alguma limitação. O professor tem que fazer os planejamentos e estruturar quais serão as adaptações necessárias nas aulas de Educação Física. O que ele traz como importante para essas adaptações com os alunos com deficiência é o currículo, ambiente da aula, a tarefa, as estratégias do ensino, os recursos pedagógicos, a avaliação e a comunicação.

Segundo os autores Santos, Coelho e Silva (2018) ressaltam que não é só a interação social e o trabalho colaborativo que transforma as aulas inclusivas, mas sim mudar o pensamento dos professores e das famílias. Investir mais na formação continuada de todos os professores e em materiais, para que todos os alunos tenham as mesmas condições para permanência e se desenvolver mais nas atividades escolares. Trazer um olhar mais sensível, mais humano, onde respeite os limites e o tempo de cada aluno.

Para Greguol, Malagodi e Carraro (2018) concluem que os alunos que possuíam Deficiência intelectual, gerava mais dificuldade de compreensão e na participação das atividades. Completa que em casos mais graves de Deficiência Intelectual, por exemplo, autismo ou de paralisia cerebral são vistos como alunos com mais dificuldades pelos professores. Tais como a falta de material de apoio, assistência profissional ou os espaços físicos com mais acessibilidade.

Os autores Fernandes, Costa Filho e laochite (2019) concluem que os alunos com Deficiência Intelectual apresentam mais dificuldade de aprendizagem, entender os comandos das atividades e a comunicação com os colegas. Além de não possuir

uma boa habilidade motora. No entanto mostra que tiveram certo tipo de dificuldade para ensinar os alunos com Deficiência Intelectual, de forma inclusiva.

Segundo Borragine (2020) necessariamente das crianças com TEA, mostra que apresentam muita dificuldade motora. Sendo perceptíveis movimentos pobres, lentos, falta de equilíbrio e repetições de gestos. Não possuem interesse algum em executar atividades físicas, sem aptidão para participar das brincadeiras, principalmente em grupos. Sem demonstrar emoção ou empatia com os outros alunos. Porém, apesar de todas as dificuldades existentes, deixa-se bem claro os benefícios das aulas de Educação Física inclusiva. Proporcionando os alunos com TEA um melhor desenvolvimento motor, interação social, e habilidades como o reflexo.

Cipriano (2022) trouxe a própria percepção dos alunos com Deficiência Intelectual, e a partir dessa percepção nota-se existe um tipo de exclusão desses alunos nas aulas de Educação Física pelos seguintes fatores: postura incorreta do professor em relação ao processo de ensino aprendizagem, além da falta de comunicação entre professor e aluno e boa prática atitudinais dos professores.

6 – DISCUSSÃO

Diante dos trabalhos selecionados para a realização da revisão bibliográfica, verificou-se que os alunos com Deficiência Intelectual são mais complicados para conseguir manter as aulas mais dinâmicas, justamente por possuírem uma dificuldade de aprendizagem, dependendo do seu nível de comprometimento. Nos referentes trabalhos trouxe tanto o olhar do professor de Educação Física quanto o olhar do aluno com Deficiência Intelectual nas respectivas aulas. Apesar das aulas de Educação Física serem mais dinâmicas e propensas a ser mais inclusivas, não quer dizer que sejam mais simples de serem ministradas.

Os alunos com deficiência tem certa dificuldade em relação ao seu desenvolvimento motor, por demonstrar movimentos pobres e lentos. Dificuldade de interação social, questões cognitivas e afetivas. Essas características da Deficiência Intelectual não ajudam muito nas execuções das atividades, às vezes mesmo com ajuda dos alunos sem deficiência. Lembrando que depende dos níveis (leve, moderado ou severo) de comprometimento desses alunos. Porém um dos artigos traz que quando os alunos sem deficiência ajudaram o que tinha Deficiência Intelectual o jogo adaptado tornou-se mais dinâmico, o tempo de bola no jogo tornou-se mais demorado em comparação quando estão sozinhos. Temos que ensinar o respeito ao próximo, ver a diferença como algo particular de cada um, e isso o tornam cada um especial.

Nos artigos deixam bem claro que o professor é o mediador dessa inclusão, que ele é capaz de tornar essa aula mais dinâmica e inclusiva. O professor precisa ter conhecimento dos seus alunos, por exemplo, se existe algum fator de risco ou limitações em relação atividade e alunos. É necessária uma aula bem planejada, estruturada e adaptada. Porém, infelizmente o professor não pode fazer isso tudo sozinho, é sempre preciso as políticas públicas, as estratégias pedagógicas, a ajuda dos familiares, e da gestão escolar para poder assim acontecer à inclusão completa dessas crianças com deficiência. As aulas de Educação Física tem o sucesso quando recebem as ajudas necessárias, sem prejudicar também os alunos sem deficiência.

Apesar dos alunos com deficiência serem incluídos na área da Educação Especial, a inclusão escolar precisa ser um direito de todos e não só desses alunos. Vão existir alunos sem deficiência com dificuldades de aprendizagem e com problemas de participação. Com isso enfatiza bastante a inclusão como um direito

de todos os cidadãos. Algumas pessoas acham que a Educação Física não é uma matéria importante para o ensino regular, essa pesquisa mostra o contrário. Toda matéria, todo assunto é importante, e a Educação Física mostra com força também que é muito importante para que ocorra inclusão das crianças com deficiência. Uma forma de mostrar que essas crianças são importantes, mostrar o seu valor, mostrar que elas conseguem executar as atividades, mesmo que com mais dificuldades.

7- CONCLUSÃO

A respeito da pesquisa, como já foi mostrado no trabalho, o número de alunos matriculados com Deficiência Intelectual no sistema de ensino regular vem aumentando, e que as crianças que tem Deficiência Intelectual a depender do grau ou nível de comprometimento torna-se mais complicado para manter ou execução das atividades, porém não quer dizer impossível. Isso implica um grande desafio para nós professores, principalmente para quem não possui experiência e/ou especialização. Apesar de as aulas de Educação Física ser mais predisposta á haver inclusão, do que as outras áreas não quer dizer que seja tão simples assim. Não vai ser só jogar os alunos dentro das aulas e que ela a partir daí vai se tornar inclusiva.

As pesquisas mostram que é sempre importante o professor ter mais conhecimento sobre determinadas deficiências, procurar entender mais como fará a inclusão. Procurar sempre uma formação continuada. Que as atividades propostas tem que ser bem planejada, assim mesmo como os espaços serem adaptados. Ensinar o respeito aos diferentes, a todos os alunos. Fazer com que participem das aulas de forma inclusiva.

A junção de todos os 10 textos selecionados, respondem bem o problema de pesquisa do trabalho “Como as aulas de Educação Física podem auxiliar na inclusão de crianças com Deficiência Intelectual?” Ficou claro que a aula de Educação Física é mais propensa a inclusão, proporcionando os alunos com Deficiência Intelectual um melhor desenvolvimento motor, interação social, e habilidades como o reflexo. Oportunizando a inclusão em outras esferas sociais (escola, família, grupos de apoio, círculos de amizade). Facilitando e fortalecendo os laços sociais, seja pelo meio de apenas uma prática esportiva como foi dado o exemplo do judô, como nas próprias aulas escolares, até com as crianças sem deficiência auxiliando os alunos com Deficiência Intelectual na execução das atividades, para tornar mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <<http://www.aaid.org/>>. Acesso em: 09 abril 2022.

BARRETO, M. A. de O. C.; BARRETO, F. de O. C. **Educação inclusiva.**: Editora Saraiva, 2014. 9788536510231. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536510231/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021.** Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial,** 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 4, de 2 de outubro de 2009. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. Secretaria Especial Do Esporte. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo Paradesporto.,** 2018

CIPRIANO, S.L.; **O Olhar Do Aluno Com Deficiência Intelectual Sobre As Aulas De Educação Física Na Escola.** p. 44. Educação. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal 2022.

DA SILVA, J. V. **Educação física adaptada.** [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2018. 9788595026414. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026414/>. Acesso em: 21 abr. 2022.

Dias, H. L. A. B. . e Borragine, S. de O. F. . (2020) “A inclusão de crianças autistas nas aulas de Educação Física escolar”, Revista Expressão Da Estácio, 3(1), p. 1–12. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/REDE/article/view/342> (Acessado: 15 maio 2022).

FERNANDES, M.M; COSTA FILHO, R. A; IAOCHITE, R.T. **Autoeficácia Docente de Futuros Professores de Educação Física em Contextos de Inclusão no Ensino Básico.** Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.25, n.2, p.219-232, Abr.-Jun., 2019

FERNANDES, S. **Fundamentos para educação especial.** Curitiba Ibpex, 2007.

GIMENEZ, R; ONHA, A. M; **Educação Física Inclusiva: Impactos da Tutoria no Desempenho de Jovens com Deficiência Intelectual num Jogo Pré-Desportivo.**

Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 11, n. 28, p.169-188 maio/ago. 2016.

GREGUOL, M; MALAGODI, B. M; CARRARO, A. **Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.1, p.33-44, Jan.-Mar., 2018

HOLLERBUSCH, R. M. S. L. **O desenvolvimento da interação social das crianças com alteração do espectro do autismo:** Estudo exploratório da influência da educação física na promoção do relacionamento interpessoal. Dissertação de Mestrado - Universidade do Porto, 2001.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

LARA, F.M; PINTO, C.B.G.C; **A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente.** Universitas: Ciências da Saúde, Brasília, v. 15, n. 1, p. 67-74, jan./jun. 2017.

Luckasson, R., Borthwick-Duffy, S., Buntinx, W.G.E., Coulter, D.L., Craig, E.M., et al. 2002. **Mental retardation, definition, classification and systems of supports.** Washington, DC: American Association on Mental Retardation. 238p.

MACHADO, F. S.; NAZARI, J. **Aspectos Históricos das pessoas com deficiência no contexto educacional:** rumo a uma perspectiva inclusiva, 2014. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/176442326/HistoricoDeficiencia>>. Acesso em: 16 abril 2022.

Marconi M.A, Lakatos E.M. **Fundamentos de Metodologia Científica** 5ª ed. São Paulo: Atlas; 2003

MENDONÇA, A. A. S. **Educação Especial e Educação Inclusiva:** Dicotomia De Ensino Dentro De Um Mesmo Processo Educativo. MG, 2015.

MENEZES, E. T. de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>>. Acesso em 19 abr 2022.

MINETTO, M. F.J. *et al.* **Diversidade na aprendizagem de pessoas portadoras de necessidades especiais.** – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2010.

MOREIRA, L. M. A. **Deficiência intelectual:** conceitos e causas. In: Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 35-41. Bahia de todos collection.

MORI, N.N.R; et al. **Jogos e brincadeiras no desenvolvimento da atenção e da memória em alunos com deficiência intelectual.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 551-569, maio/ago. 2017.

NEVES, J. L.. **Pesquisa qualitativa:** características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf. Acesso em: 14 maio 2022;

OLIVEIRA, A. M. (2004). **Um duplo aspecto da noção de obstáculo epistemológico na educação matemática.** In: C. P. A. Alves, & O. Sass (Orgs.), Formação de professores e campos do conhecimento (pp. 63-67). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

PEREIRA, R. R. **Papel da Variação do Número de Cópias Genômicas no Fenótipo Clínico de Deficiência Intelectual:** em uma Coorte Retrospectiva da Rede Pública de Saúde do Estado de Goiás. Orientador: Prof. Dr. Aparecido Divino da Cruz,. 2014. 1-74 p. Tese de doutorado, GO, 2014.

SASSAKI, R. K. **Integração e Inclusão:** do que estamos falando? Temas sobre Desenvolvimento, v.7, n.39. 1998.

SOARES, A. H. R.; et al. **Qualidade de vida de crianças e adolescentes:** uma revisão bibliográfica. Departamento de Ensino, Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz. , RJ, p. 1-10, 15 abr. 2009.

SOARES, C.. **Educação Física:** raízes europeias e Brasil. 2. ed. revista. Campinas: Autores Associados, 2004.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão:** Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. Declaração de Salamanca e enquadramento da acção: na área das necessidades educativas especiais. **CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE,** ESPANHA, p. 1-49, 10 jun. 1994.

VIGOTSKI, L.S. Obras completas. **Fundamentos de defectologia Tomo V.** Madrid: Visor, 1997.